

ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Josiane da Silva Ricardino¹

Joelma dos Santos Bernardes²

RESUMO: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, prevê que as instituições brasileiras, públicas e privadas, elaborem ou atualizem o Projeto Político Pedagógico (PPP) de modo participativo e democrático. Esse processo é organizado e estruturado pela equipe gestora da escola e demais membros da comunidade escolar, uma vez que o PPP é um importante instrumento de organização pedagógica e administrativa da escola. Diante disso, o objetivo desse estudo foi identificar a realidade e a quantidade de instituições de ensino, públicas e privadas, de educação básica brasileira, quanto a atualização do seu Projeto Político Pedagógico no período de pandemia no ano letivo de 2020. Para atingir nossos objetivos foram adotados como procedimentos metodológicos a aplicação de questionário fechado *online*, revisão da literatura e análise de conteúdo. Houve a participação de 1024 participantes, com representatividade nas cinco regiões brasileiras, entre os dias 12 de dezembro de 2020 e 03 de fevereiro de 2021. Ademais, os resultados demonstram que 49,10% das respostas foram positivas quanto a atualização do PPP, enquanto que 35% mencionaram que ainda não houve atualização, e os demais participantes, 15%, não tinham conhecimento sobre o assunto. Concluímos que apesar desse cenário positivo para a atualização do PPP, este não foi de caráter democrático e participativo. Além disso, foi possível identificar e averiguar como caminha a organização das escolas públicas e privadas, de educação básica brasileira, quanto às decisões, a elaboração de um planejamento estratégico e a atualização do PPP, nesse tempo de pandemia.

Palavras-chave: Educação Básica em Tempos de pandemia. Projeto Político Pedagógico. Gestão participativa.

1 INTRODUÇÃO

O ano letivo de 2020 trouxe desafios, até então, impensáveis para a atuação docente e toda a comunidade escolar das redes pública e privada do Brasil. Foi decretado em todo o país situação de pandemia provocado pelo novo coronavírus, causador da Covid-19. Nesse sentido,

1 Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: josiricardino@gmail.com

2 Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus Araraquara. Professora orientadora da disciplina TCC, pela UFLA, e-mail: joelma.santos833@gmail.com

as estratégias de ensino e avaliação da aprendizagem tiveram que passar por mudanças para readequar a realidade educacional desafiante (BERNARDES, 2020).

As escolas públicas, que são subordinadas e subsidiadas pelas secretarias estaduais e municipais, adequaram as ações de planejamento e replanejamento da ação pedagógica. Já as escolas particulares, que são subordinadas pelas secretarias estaduais, municipais e subsidiadas pelo setor privado, também tiveram que pensar em estratégias de ensino diante da realidade de pandemia, no entanto, com mais rapidez, pois, em grande maioria, mantiveram suas atividades na modalidade remota, mesmo sem um planejamento ordenado.

Diante disso, esse contexto de pandemia trouxe a necessidade de atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições educacionais públicas e privadas, dado que suas estratégias de ensino passaram por mudanças, bem como sua forma de avaliar a aprendizagem. E a partir dessa realidade nasce o seguinte questionamento: quais instituições de ensino, públicas e privadas, atualizaram o seu PPP para atender as mudanças de estratégias de ensino diante da modalidade remoto educacional provocada pela pandemia?

Sabe-se que o PPP é uma importante ferramenta para gestão escolar e para comunidade escolar, interna e externa. Sua realização e atualização requer a participação democrática, prevista na Constituição Federal de 1988 e confirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, de professores, pais, direção, coordenação pedagógica e alunos. O foco é conseguir estabelecer as metas de todo trabalho escolar, seja no âmbito pedagógico, seja no âmbito administrativo.

Assim, para a construção ou atualização do PPP, faz-se necessário, de acordo com Veiga (2011), a busca por concepções sociológicas, históricas e filosóficas. Sua elaboração consiste na busca constante da melhoria da qualidade educacional, bem como definir os objetivos e metas da instituição de ensino.

Frente a isso, este estudo buscou identificar a realidade e a quantidade de instituições de ensino, públicas e privadas, de educação básica brasileira, quanto a atualização do seu Projeto Político Pedagógico no período de pandemia no ano letivo de 2020.

Para atingir os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram aplicação de questionário fechado *online*, revisão da literatura e análise de conteúdo (HILL; HILL, 1998; LÜDKE; ANDRÉ, 2013; MORAES, 1999). A organização e estrutura final desse artigo conta com uma introdução para apresentar o tema em estudo, as metodologias de estudo adotadas, um referencial teórico com as reflexões de cada categoria de análise e, por fim são tecidas as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia do artigo recorreu a vários procedimentos, o primeiro foi a revisão da literatura que possibilitou identificar as discussões no campo científico, em seguida foi aplicado a análise de conteúdo visando classificar e categorizar os dados levantados adotados na pesquisa. Por fim, o questionário fechado *online* foi aplicado, e teve a finalidade de identificar a realidade das instituições brasileiras nesse período de mudanças (HILL; HILL, 1998; LÜDKE; ANDRÉ, 2013; MORAES, 1999).

O questionário, foi elaborado seguindo os apontamentos de Hill e Hill (1998), com perguntas e escalas de medidas, com uma investigação orientada pela hipótese do estudo. Após a construção do questionário, por meio de plataforma *online*, este foi disponibilizado para profissionais atuantes na rede pública e privada das escolas brasileiras, por meio do envio de um link de acesso. Cabe mencionar que os participantes da pesquisa não foram identificados.

Para a formulação do questionário *online* foi necessário estabelecer quais seriam as categorias analíticas a serem investigadas, para isso, foi realizado um levantamento de dados a partir da revisão bibliográfica nas plataformas de busca Scielo e Periódicos Capes. Nelas foram escolhidos três descritores: Projeto Político Pedagógico, Gestão Democrática da Escola e Gestão Participativa da Escola.

Ao usar o portal dos Periódicos Capes, foi aplicado o descritor de pesquisa: Projeto Político Pedagógico, foram localizados 1620 artigos. Para facilitar o refinamento da pesquisa, foram realizados os seguintes passos: primeiramente foi selecionada a opção periódicos “revisados por pares”, sendo localizados 234 artigos, e posteriormente foi realizado um segundo refinamento da pesquisa, com a escolha do tópico “educação”, com 47 artigos encontrados. Desses 47 artigos foram selecionados três: “Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?” de Veiga (2003); “Utopia ou Realidade?” de Malheiro (2005) e “Elaboração de projetos político-pedagógicos: reflexões acerca da atuação do psicólogo na escola” de Wanderer e Pedroza (2010).

Pelo portal Scielo foi utilizado o descritor “Gestão Democrática da Escola. Foram localizados 50 artigos, deles foram selecionados os dois artigos seguintes: “Gestão Democrática da Escola e Gestão do Ensino: a contribuição docente à construção da autonomia na escola”

Santos e Sales (2012) e o artigo “Por uma gestão mais democrática na educação: contribuições de uma formação a distância para atuação profissional de seus egressos” Ramos e Ribeiro (2019).

Por fim, também pelo portal Scielo, foi pesquisado o terceiro descritor: “Gestão Participativa da Escola”. Foram localizados 15 artigos, com a escolha do artigo: “O uso de indicadores para avaliação qualitativa de projetos educativos socioambientais: a gestão participativa no ambiente escolar” Brito, Siveres e Cunha (2019). Nas pesquisadas dos três descritores desse estudo, houve exclusão de artigos com abordagens que não contemplavam os objetivos da pesquisa, os artigos escolhidos foram devido às questões temáticas trabalhadas pelos autores. As categorias de análises identificadas foram: gestão escolar: democrática e participativa; projeto político pedagógico; autonomia da escola: política e pedagógica; organização escolar; formação de professores a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); competências de um gestor escolar. Elas serão analisadas na seção 3, a seguir.

Na próxima seção é apresentado o referencial teórico do estudo, que apresenta uma abordagem referente aos componentes essenciais para a construção de uma escola participativa, tendo como base a elaboração ou atualização do PPP, de modo coletivo e democrático.

3 DESENVOLVIMENTO

Nesta seção serão apresentadas todas as bases teóricas, as categorias de análises, bem como resultados encontrados nesse estudo.

3.1 Referencial Teórico

Para esse estudo, o referencial teórico foi desenvolvido com o intuito de apresentar o ambiente escolar como um espaço voltado para as práticas político-pedagógicas, cujos principais objetivos se concentram na promoção da aprendizagem e na formação dos alunos, sujeitos sociais e históricos. Para atingir tais objetivos, a escola deve prezar por sua organização interna (VEIGA, 2013) de modo a promover uma gestão participativa, democrática, envolvente e alinhada com as metas e objetivos estabelecidos no Projeto Político Pedagógico.

3.1.1 Gestão Escolar

Ao tratar de gestão escolar, deve-se compreender que a escola enquanto instituição é tida como um local de diferentes relações, sendo, portanto, um lugar social (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003). Assim, cabe a gestão a organização e o cumprimento de ações que visem atender os objetivos estabelecidos pela instituição. Gerir não é um processo simples, e deve manter a busca pela concepção democrática e participativa.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) defendem que a escola busque o cumprimento de seus objetivos pela efetividade da gestão democrático-participativa, de modo a garantir que todos os agentes da comunidade escolar participem das tomadas de decisões para que o processo de ensino-aprendizagem seja viável. Desse modo, “a gestão participativa, além de ser a forma de exercício democrático da gestão e um direito de cidadania, implica deveres e responsabilidades- portanto, a gestão da participação” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 448).

Uma gestão participativa também é defendida por Paro (1987; 2012) e por Wanderer e Pedroza (2010), participação essa que, se faz com a união de todos os setores da escola: os docentes, alunos, gestores, pais e funcionários. Assim, em conjunto com toda a comunidade escolar, devem ser previstas as prioridades institucionais que identificam a escola. Além de se observar tais critérios e compromisso, as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010, p. 61) aponta que “deve-se definir o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas pela unidade escolar, de acordo com as especificidades que lhe correspondam, preservando a articulação orgânica daquelas etapas.”

Santos e Sales (2012) apontam que a gestão democrática da escola passa pela contribuição dos docentes, com o intuito de promover maior participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões da instituição. Além de estratégias educacionais que ajudem a formar alunos mais críticos. Essa participação da comunidade escolar é um importante caminho para que a escola seja de fato autônoma. A este respeito, Paro (1987) nos traz que:

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola nas decisões a respeito de seus objetivos e de seu funcionamento, ter-se-á melhores condições para pressionar os escalões superiores no sentido de dotar a escola de autonomia e de recursos (PARO, 1987, p. 52).

Nesse contexto, não podemos nos esquecer que a autonomia da escola traz à lembrança que esse espaço é um constante lugar de diálogo, de debate e de transformações sociais, como aponta Veiga (2013, p. 160) “a escola é um espaço em que se desenvolvem as relações entre

indivíduos de diferentes culturas e onde também ocorrem comportamentos, tradições, costumes, ideias, opiniões, valores, expectativas, anseios, rotinas, entre outros”.

A busca desses valores e de uma estrutura mais organizada começa pela organização interna, pois “a escola se organiza de dentro para fora” (VEIGA, 2013, p. 162). Nessa perspectiva de caminhar com organização, a escola usa como ferramenta de planejamento a elaboração de um Projeto Político Pedagógico.

3.1.2 Projeto Político Pedagógico

No que lhe concerne ao PPP na revisão bibliográfica, ele deve ser elaborado conforme o previsto na Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Art. 12, inciso I e nos diversos pareceres que regulam a matéria (BRASIL, 1996). É nomeado na LDBEN como proposta ou projeto pedagógico, sendo um conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam as práticas pedagógicas e administrativas da escola, obedecidas às normas do sistema educacional.

Libâneo (1995) descreve que o PPP é a forma pela qual se exerce a autonomia da escola, levando-se em consideração os estudantes, os professores, os demais servidores da escola e a comunidade escolar. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social, ou seja, o PPP também é um instrumento capaz de dar voz as todos os envolvidos no processo educacional.

A construção da nova proposta pedagógica de uma instituição escolar deve repensar a realidade em que a escola está imersa e também a prática educativa desenvolvida, buscando um embasamento da ação educativa. Para isso deverão ser consideradas as diversidades existentes na instituição, como os diversos níveis socioeconômicos e com diferentes culturas. E uma das preocupações da escola deve ser o público que atende: qual a realidade do público que a escola atende?

Pensar no público que será atendido pela escola é uma importante etapa na elaboração e na atualização do PPP. A escola deve estar atenta as essas realidades, pois “nesta caminhada será importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico busca a organização do trabalho pedagógica da escola na sua globalidade” (VEIGA, 2013, p.20)

Além desses, a equipe que participará da atualização de um PPP deve fazer suas atualizações de acordo com a nova Base Nacional Comum- BNCC (BRASIL, 2018), reformulada no ano de 2018 e que entrou em vigor neste ano de 2020, além de construir o seu

currículo orientado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais -PCNs (BRASIL, 2000) e pelo Currículo Referência de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2021), baseado nas leis e diretrizes nacionais como a LDBEN (BRASIL, 1996), pareceres, Decretos Nacionais e Estaduais.

Nesse caminho de busca pelos melhores meios de atender a comunidade escola, Veiga (2013) aponta alguns temas que precisam ser discutidos na atualização de um PPP, como:

- Princípios norteadores do projeto político pedagógico;
- Suas finalidades;
- A estrutura organizacional;
- O currículo;
- O tempo escolar;
- As relações de trabalho;
- Os processos de avaliação.

Nessa perspectiva deve-se também considerar a realidade social de uma comunidade, e isso requer uma investigação minuciosa de sua cultura, dos processos históricos de sua formação, dos aspectos políticos locais a níveis de se pensar a democracia e principalmente dos aspectos econômicos vigentes, para sabermos os possíveis desenvolvimentos em termos de educação e trabalho.

O desenvolvimento do PPP passa por um conjunto de ações e atividades de emancipação. Nesse processo, a escola deve estar preparada para uma construção democrática e participativa. Pois esse planejamento reflete em ações mais organizadas dentro da própria instituição, uma vez que as metas e os objetivos no campo educacional e de gestão estarão bem estabelecidos.

O projeto pedagógico-curricular deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola. Considera o que já está instituído (legislação, currículos, conteúdos, métodos, formas organizadas da escola etc.), mas tem também uma característica de instituinte (LIBÂNEO, 2004, p. 152).

Mas será que a construção, a revisão ou a atualização do Projeto Político Pedagógico é uma realidade nas escolas brasileiras? Os docentes e os gestores enxergam a importância de sua participação nesse processo? Malheiro (2005) reflete sobre essas questões e o envolvimento do corpo docente no processo de construção e atualização do Projeto Político-Pedagógico da escola. O estudo mostra que grande parte dos professores mencionaram que não participam desse processo de construção ou atualização do PPP por não acreditarem que esse instrumento seja algo aplicável na realidade escolar e a falta de motivação por parte da gestão escolar.

Os diversos motivos intrínsecos assinalados anteriormente, principalmente a falta de interesse em construir o Projeto Político-Pedagógico ou ainda a dificuldade no relacionamento dentro da comunidade escolar somados aos motivos extrínsecos como a falta de tempo, de calendário demonstraram ser apenas uma consequência e não a causa do verdadeiro problema de haver um clima próprio de autonomia. (MALHEIRO, 2005, p. 97).

Frente a tantas realidades, não podemos perder de vista que o plano de ação da escola deve estar presente no PPP. A partir dessa construção coletiva, a escola elabora a sua própria identidade, além de resgatar um “bom nível de desenvolvimento profissional dos seus professores, de capacidade de liderança da direção e de envolvimento da comunidade escolar” (LIBÂNEO, 2004, p. 153).

3. 2 Categorias de Análises

As categorias de análises descritas no quadro 1, apresentam as principais fundamentações teóricas que embasam as perguntas elaboradas e anexadas no questionário de pesquisa desse estudo.

Quadro 1- Categorias de análises e descrição das categorias.

Categorias Encontradas	Descrição das Categorias
Gestão escolar: democrática e participativa	Destacam que a gestão escolar deve adotar uma concepção democrático-participativa. Onde todos os agentes da comunidade escolar devem participar das tomadas de decisões da escola.
Projeto Político Pedagógico	Destacam que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento de ação e que retrata da identidade da escola. É um documento instituído, obrigatório e legal
Organização escolar	Destacam a importância do envolvimento de todos da comunidade escolar nas tomadas de decisões. Sendo a construção do Projeto Político Pedagógico um importante meio de engajamento de todos.
Formação de professores a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)	Destaca que um dos princípios norteadores da formação inicial e continuada de professores é a gestão.
Competências de um gestor escolar	Destaca que o ensino de qualidade e democrático caminha junto com as competências profissionais. Essas competências sustentam essa qualidade.

Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2021.

As categorias de análises descritas acima foram incorporadas na elaboração do questionário fechado *online*. O envio do formulário foi realizado entre os dias 12 de dezembro de 2020 e 03 de fevereiro de 2021. Ao abrir o link de acesso, o participante é advertido que todas as informações coletadas nos formulários ficaram em sigilo, portanto, dados sensíveis não

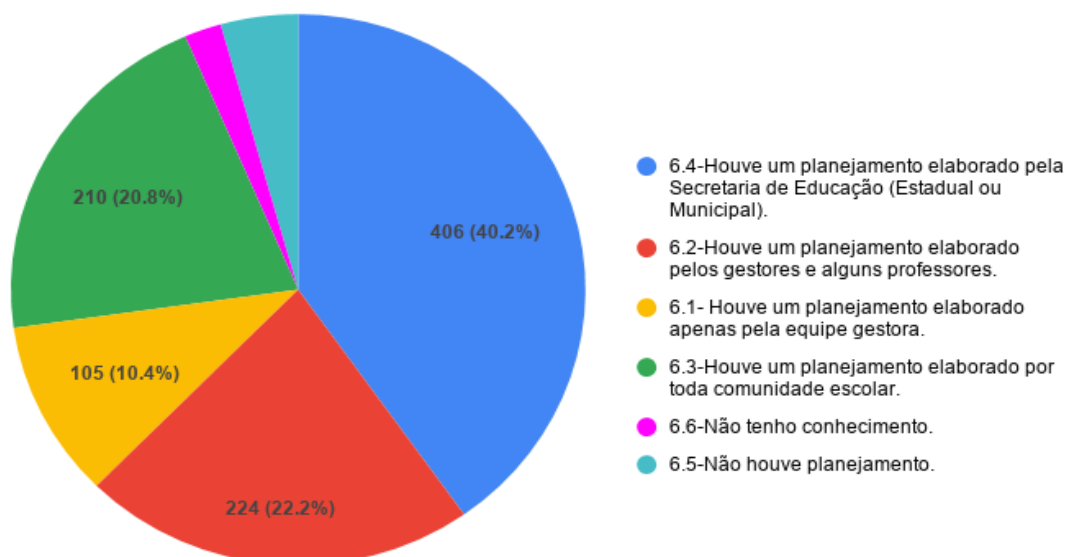
seriam divulgados, apenas os dados quantitativos coletados. O envio dos formulários foi realizado através de grupos ligados à área da educação nas redes sociais (*Facebook e WhatsApp*) e por endereços eletrônicos de grupos de estudos e formação acadêmica. Ao final, contou com a colaboração de 1024 pessoas, com representatividade nas cinco regiões brasileiras (Gráfico 7). O perfil dos participantes da pesquisa mostra que grande parte deles atuam na docência (80,3%), com prevalência do exercício da função na rede municipal de ensino (60,3%), e com um período de docência de até cinco anos (23,7%).

3.2.1 Gestão escolar: democrática e participativa

Ao indagar os respondentes se nesse tempo de pandemia a escola em que atuam elaborou um planejamento estratégico participativo, 40,2% responderam que houve um planejamento elaborado pela Secretaria de Educação; 22,2% apontaram que o planejamento foi elaborado pelos gestores e por alguns professores; 20,10% responderam que o planejamento foi elaborado pela comunidade escolar; 10,4% responderam que houve um planejamento elaborado apenas pela equipe gestora; 4,4% mencionaram que não houve um planejamento estratégico participativo e 2,1% dos participantes não tinham conhecimento do assunto. Como pode ser observado no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Respostas do questionário voltado para do planejamento estratégico participativo.

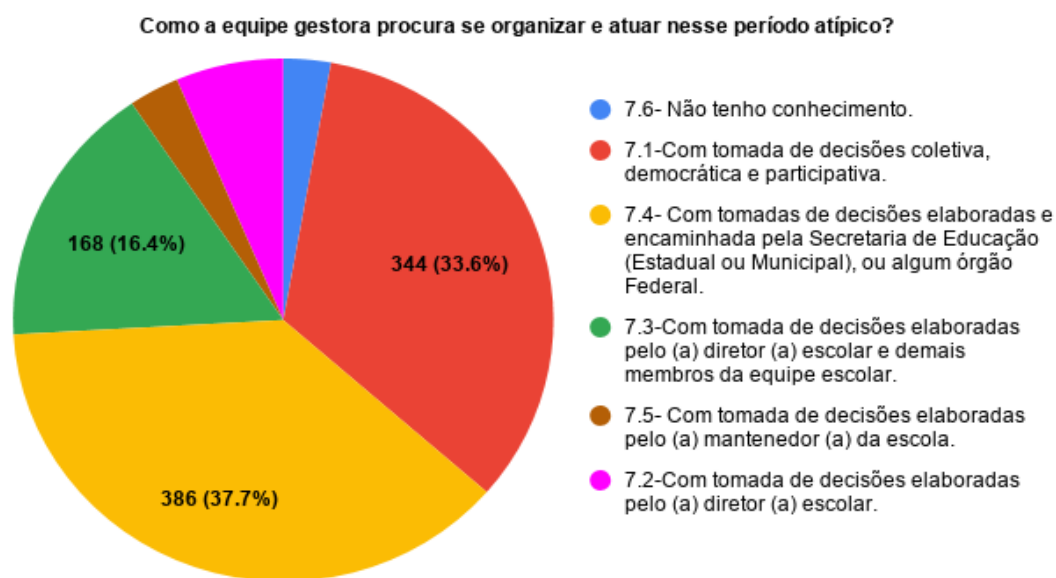
Em tempos de Pandemia, a escola em que você atua elaborou um planejamento estratégico participativo?



Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2021.

As análises da realidade organizacional das equipes gestoras das instituições brasileiras de educação básica, mostraram que 37,7% das equipes gestoras tomaram suas decisões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos, segundo as decisões encaminhadas pelas Secretarias de Educação, Estadual ou Municipal, ou por algum órgão Federal. Já 33,6% dos participantes apontaram que as decisões foram tomadas de modo coletivo, democrático e participativo. Em contrapartida, 16,4% dos respondentes apontaram que as decisões foram tomadas pela direção escolar e demais membros da equipe escolar; 6,4% de decisões foram tomadas apenas pela direção escolar; 3% das decisões apenas pelos mantenedores das instituições e 2,8% não tinham conhecimento do assunto, conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Respostas do questionário acerca da atuação da equipe gestora.



Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2021.

Compreendemos que um dos fatores que conduzem o bom desenvolvimento de uma instituição de ensino são ações bem planejadas e executadas pela equipe gestora em uma perspectiva participativa. Nesse sentido, Lück (2009) traz que a gestão escolar deve ser democrática e deve contar com a participação de todos os membros da comunidade escolar; com os professores, pais, alunos e funcionários da instituição. Os resultados desta pesquisa apontam que apenas 20,10% dos respondentes marcaram que em suas instituições de ensino, frente a esse momento de pandemia, realizou a atualização do PPP, de modo participativo e democrático.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) orientam que a gestão participativa traz deveres e responsabilidades para a toda comunidade escolar, sendo assim, um direito de cidadania. Ao participar, portanto, desse processo de atualização do PPP, os sujeitos envolvidos assumem os seus compromissos de ajudar a instituição a atingir os objetivos propostos, principalmente nesse período de tantas mudanças na área educacional ocasionadas pela pandemia da Covid-19. Com tudo, nossos resultados evidenciam que 40,2% dos participantes receberam em suas instituições um planejamento pronto, não elaborado conforme as necessidades individuais de cada instituição de ensino, mas um planejamento global enviado pelas Secretarias de Educação, Estadual ou Municipal.

Frente a esses resultados é possível refletir que o processo de gestão participativa apresenta como uma de suas funções a elaboração de um planejamento estratégico participativo, mas neste momento tão atípico, as escolas estavam (ou estão) preparadas para realizar este planejamento com base participativa? Há estabilidade emocional da comunidade escolar, e até mesmo organizacional para realizar esses procedimentos? A partir dessas indagações, é possível pensar, segundo Paro (2012), em ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas pela unidade escolar, de acordo com as especificidades que lhe correspondam, preservando a articulação orgânica destas etapas?

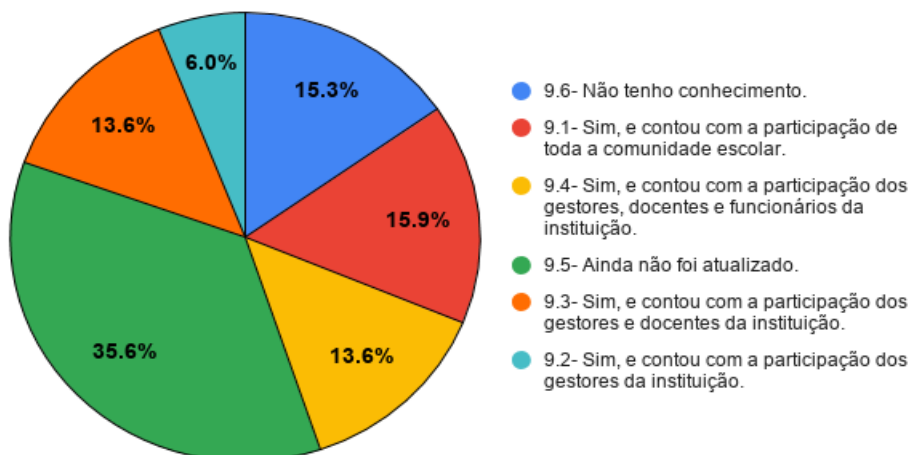
Os tempos atuais mostram que essa articulação está mais restrita a algumas pessoas ou por tomada de decisões vindas das Secretarias de Educação, Estadual ou Municipal, sendo portanto, decisões sem muitas especificidades. Isso pode ser devido ao isolamento social, ao fato dos gestores e sua equipe escolar nunca ter passado por momentos de pandemia, não sabendo assim, como proceder num primeiro momento.

3.2.2 Projeto Político Pedagógico

No que diz respeito a questão direcionada aos participantes sobre a atualização do PPP das instituições de ensino em que atuam, obtivemos os seguintes resultados: 49,10% responderam positivamente, embora, em apenas 15,9%, esse processo contou a participação de toda a comunidade escolar. Já em 13,6% das respostas foram direcionadas para uma atualização do PPP à participação apenas dos gestores e docentes. E uma mesma quantidade de 13,6% demonstrou uma participação apenas da equipe gestora, dos docentes e demais funcionários da escola. Já 35,6% das respostas registradas constam que não houve atualização do PPP, e 15,3% não apresentam conhecimento do assunto, conforme mostra o gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Respostas do questionário referentes ao PPP.

O Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino que você atua passou por um processo de atualização para incorporar as estratégias adotadas nesse tempo de Pandemia?



Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2021.

Para Libâneo (2004) o PPP é um importante instrumento de organização da escola, pois orienta os seus métodos de ação. Com isso, é possível entender que o PPP deveria estar em constante movimento, suas atualizações seguem uma dinâmica de acordo com as necessidades pedagógicas e administrativas da escola, assim, ele contempla toda a estruturação dos trabalhos relacionados à instituição (VEIGA, 2013). Nesse tempo de pandemia, tal organização é fundamental para que a escola não deixe de lado suas metas de ensino e aprendizagem.

Esses resultados quanto a atualização do PPP das instituições brasileiras abordadas no estudo são positivos, uma vez que, o processo de estruturar e gerir a atualização do PPP é muito desafiador, visto que o Brasil e o mundo passam por um momento de distanciamento social. Essa realidade pode ser um dos fatores que explica o motivo de apenas 15,9% das respostas demonstrarem a participação de toda a comunidade escolar, mesmo sendo muito relevante e parte essencial de construção e atualização de um PPP. Lück (2009) aponta que:

[...] planejar a educação e a sua gestão implica em delinear e tornar clara e entendida em seus desdobramentos, a sua intenção, os seus rumos, os seus objetivos, a sua abrangência e as perspectivas de sua atuação, além de organizar, de forma articulada, todos os aspectos necessários para a sua efetivação. Para tanto, o planejamento envolve, antes de tudo, uma visão global e abrangente sobre a natureza da Educação, da gestão escolar e suas possibilidades de ação. (LÜCK, 2009, p. 32).

Para a escola planejar “a sua intenção e os seus rumos” (LÜCK, 2009, p. 32), o ideal seria a participação de todos os membros da comunidade escolar, uma vez que essa relação faz parte da autonomia política e pedagógica da escola. Paro (1987, p.52) menciona a importância da instituição de ensino buscar constantemente sua autonomia, sendo para ele, um meio de

cobrança aos “escalões superiores”. Além de ser essencial para a tomada de decisões que devem estar contempladas no PPP atualizado, que no momento atual, devem ser direcionadas para o enfrentamento desse período atípico.

3.2.3 Organização escolar

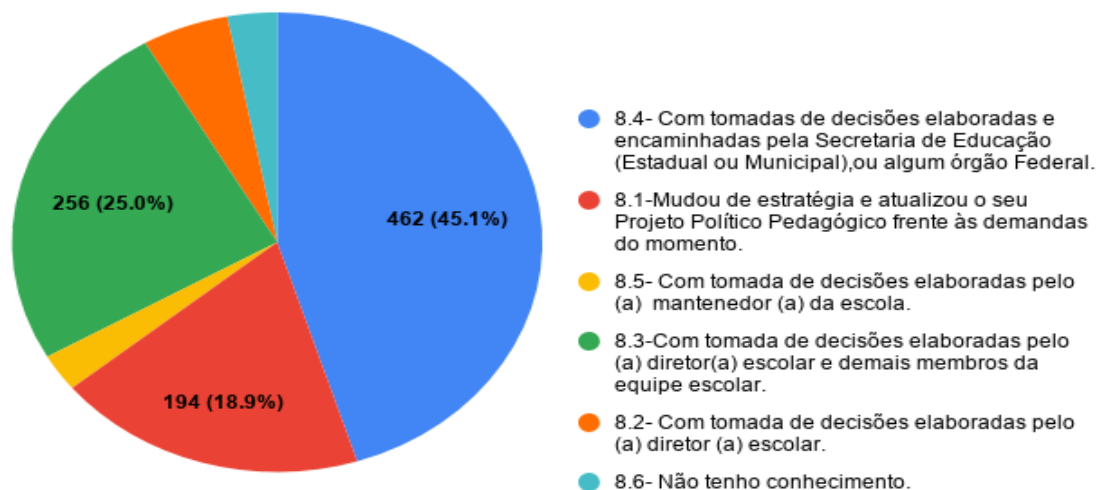
Com todas as mudanças ocorridas durante esse período de pandemia na área educacional, a escola precisou “pensar” rápido e buscar um apoio das Secretárias de Educação, Estadual ou Municipal, para se organizar. Novas estratégias de ensino e aprendizagem precisaram ser postas em prática, uma vez que às aulas presenciais foram suspensas. Mas, ao pensar em novas formas de organização pedagógica e administrativa, é necessário pensar na atualização do PPP, visto que este “tem como foco o aluno, a sua formação e aprendizagem e a organização do processo pedagógico para promover essa formação e aprendizagem” (LÜCK, 2009, p. 36), sendo assim, um ponto essencial de apoio para os gestores e docentes de uma instituição seria o próprio PPP atualizado, pois ele é um instrumento capaz de guiar a escola, e esta, não perderia de vista suas metas de ensino.

Ao pensar em novas estratégias para conduzir o ensino no momento atual, os dados desse estudo indicam que 45,1% das tomadas de decisões destinadas a organização pedagógica da escola, foram encaminhadas pelas Secretarias de Educação, Estadual ou Municipal, ou até mesmo por um órgão Federal. Cenário que mostra o apoio que as escolas receberam para a sua organização interna, mas ao mesmo tempo, como a escola conseguiu seguir essas estratégias elaboradas sem considerar a sua realidade?

As novas estratégias podem ser lidas no gráfico 4:

Gráfico 4 - Respostas do questionário quanto a organização escolar frente ao ensino remoto.

Como a escola organizou estratégias pedagógicas para o ensino e a aprendizagem diante do ensino remoto?



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Para contemplar melhor a individualidade da escola, 18,9% das respostas mostram que essa questão foi considerada, com decisões tomadas de acordo com as necessidades do momento e com a atualização do PPP. Mas algumas instituições, 25%, fizeram esse processo apenas com decisões elaboradas pelo (a) diretor (a) e pelos demais membros da escola. Já 5,3% tiveram as decisões elaboradas apenas pelo (a) diretor (a); 2,6% pelos mantenedores das instituições e 3% não demonstraram conhecimento sobre o assunto.

Paro (1997) aponta:

A instalação de uma estrutura político-administrativa adequada à participação nas tomadas de decisão de todos os setores que aí tem presença, em especial seus usuários, eivada de mecanismos institucionais que viabilizem e incentivem: processos eletivos para escolha dos dirigentes escolares; conselhos de escola formados pelos vários segmentos da unidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários) e com efetiva função política de direção de escola; grêmios estudantis, associação de pais, professores e funcionários, como fóruns de constante discussão dos múltiplos interesses, bem como outros recursos institucionais que facilitem o permanente acesso de todos os interessados aos assuntos que dizem respeito à escola (PARO, 1997, p. 79-80).

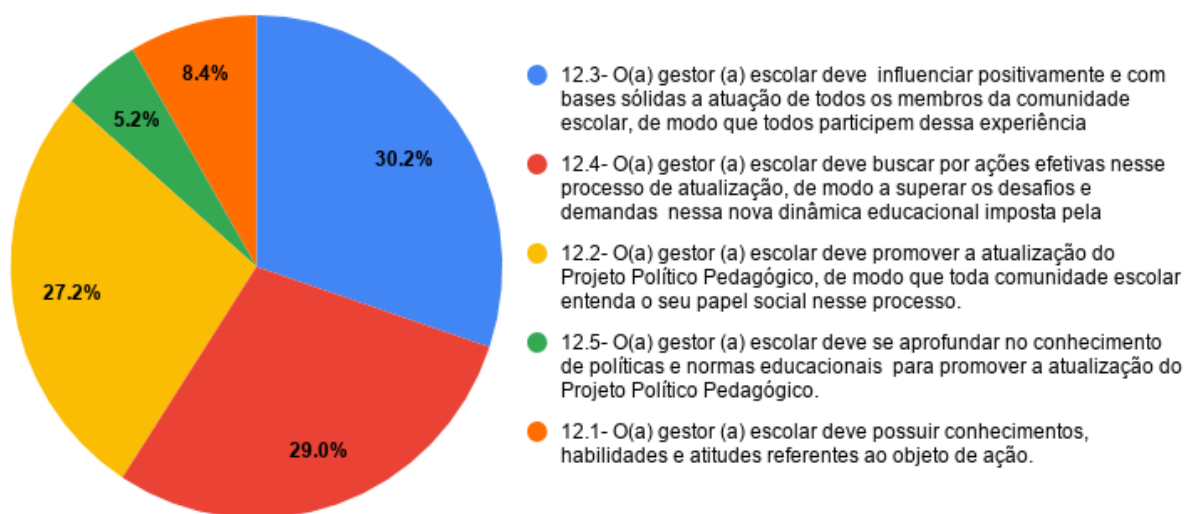
3.2.4 Competências de um gestor escolar

Os dados do gráfico 5 apontam qual o olhar dos profissionais da educação quanto às competências que um gestor escolar deve ter, principalmente na condução do processo de atualização do PPP. Entre os participantes da pesquisa, 30,2%, acreditam que o gestor escolar deve influenciar de modo positivo a comunidade escolar, de modo que todos participem dessa

experiência de atualização do PPP. Já 29% esperam que o gestor escolar busque por ações efetivas para superação dos desafios nesse momento atual da educação, mas 27,2% buscam no gestor um sujeito que seja capaz de mostrar a cada membro da comunidade escolar a sua importância no processo de atualização do PPP. Dos respondentes 8,4% julgam que o gestor escolar deve ter habilidades necessárias para promover esse processo e 5,2% acreditam que os conhecimentos das políticas e normas educacionais são essenciais ao profissional gestor.

Gráfico 5 - Respostas do questionário apresenta as competências de um gestor escolar.

Quais são as competências você acredita que o (a) gestor (a) escolar deve ter para conduzir o processo de atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP)?



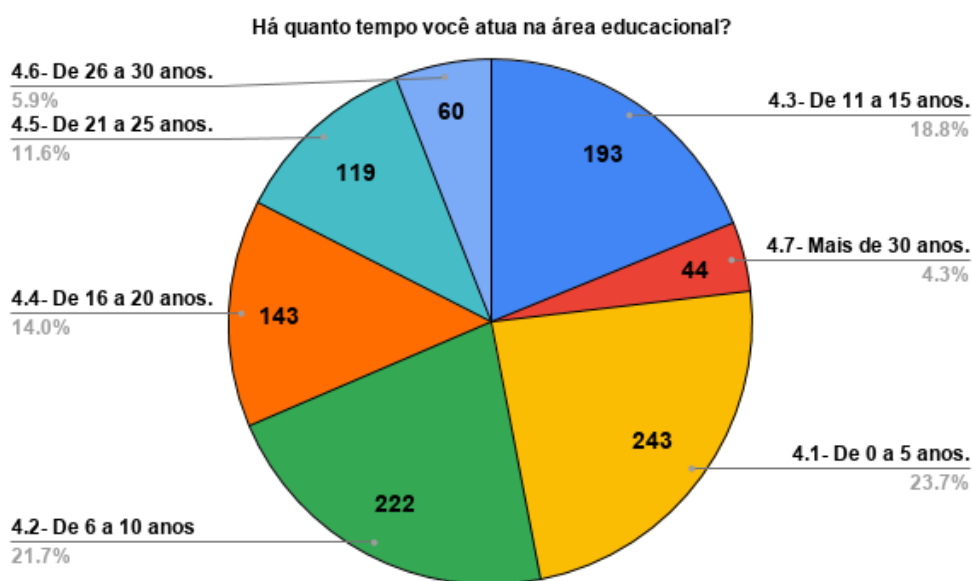
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Não há dúvidas que o gestor é peça fundamental no processo de elaboração do PPP. Ele tem a função de conduzir todo esse procedimento, que conta com a participação dos demais membros da comunidade escolar. O gestor é um profissional com diversas competências necessárias para ajudar a escola na sua organização pedagógica e administrativa. Lück (2009, p. 12) defende que “nenhuma escola pode ser melhor do que os profissionais que nela atuam”. Assim, há uma relação positiva entre a qualidade da educação oferecida pela instituição escolar e a competência de seus profissionais (LÜCK, 2009, p. 12).

3.5 Perfil dos participantes da pesquisa

Esse estudo contou com a colaboração de 1024 pessoas, com representatividade nas cinco regiões brasileiras. Os participantes mostraram grande variação quanto ao período de atuação na área educacional (Gráfico 8) com maior prevalência de profissionais que atuam num período de 0 a 5 anos (23,7%), seguido por profissionais que atuam de 6 a 10 anos (21,7%), entre 11 a 15 anos de atuação (18,8%), de 16 a 20 anos (14%), de 21 a 25 anos (11,6%), de 26 a 30 anos (5,9) e com representatividade de profissionais que atuam a mais de 30 anos na área educacional (4,3%).

Gráfico 6- Respostas do questionário apresenta o tempo de atuação dos participantes desse estudo.



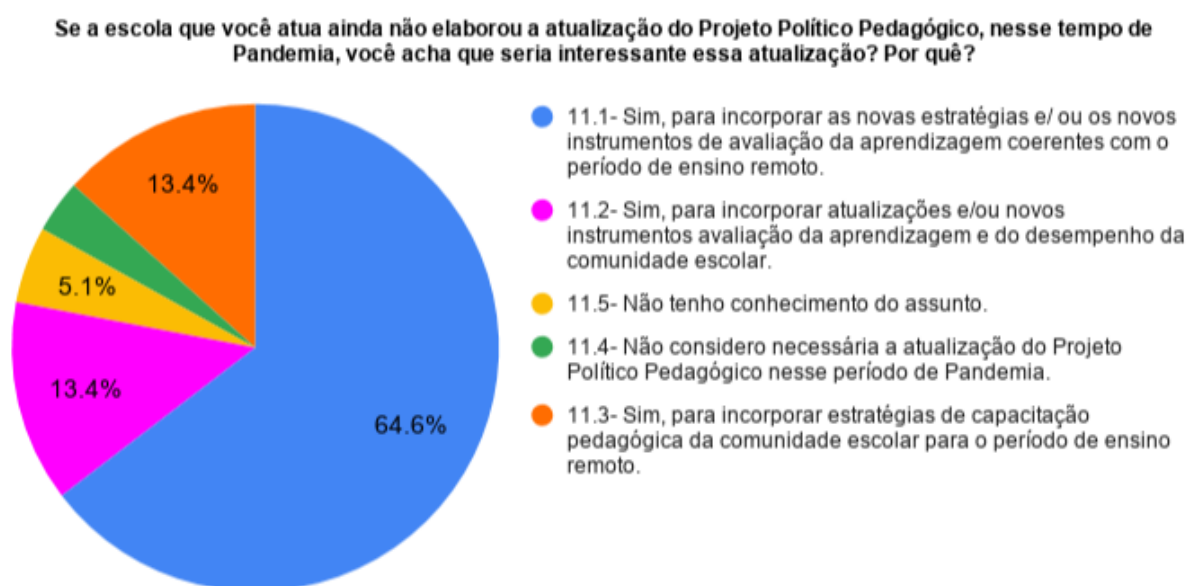
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Ao olhar o período de atuação dos profissionais da área educacional participantes desse estudo, podemos refletir sobre os princípios que norteiam a formação docente, de acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN), de 02 de julho de 2015, que cita os seguintes princípios norteadores para a formação de professores:

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação. (BRASIL, 2015, p.2).

Como pode-se verificar na citação acima, o item “e” trata de assuntos relacionados a “gestão democrática”, cuja temática trabalha a elaboração e atualização do PPP. Como as DCN foram publicadas no ano de 2015, grande parte dos participantes desse estudo já haviam se formado e podem não ter sido contemplados com uma ampla discussão ligada a gestão democrática. Esse tempo de formação anterior as DCN, não parece ter influenciado as possíveis reflexões dos respondentes em relação ao PPP, uma vez que, mais de 91% dos participantes acreditam que seja importante a atualização do PPP, na busca por novas estratégias ligadas a capacitação profissional e aos novos instrumentos de avaliação. Apenas 3,5% dos participantes não consideram importante essa atualização e 5,1% não tinham conhecimento do assunto. O gráfico 7 mostra tais resultados:

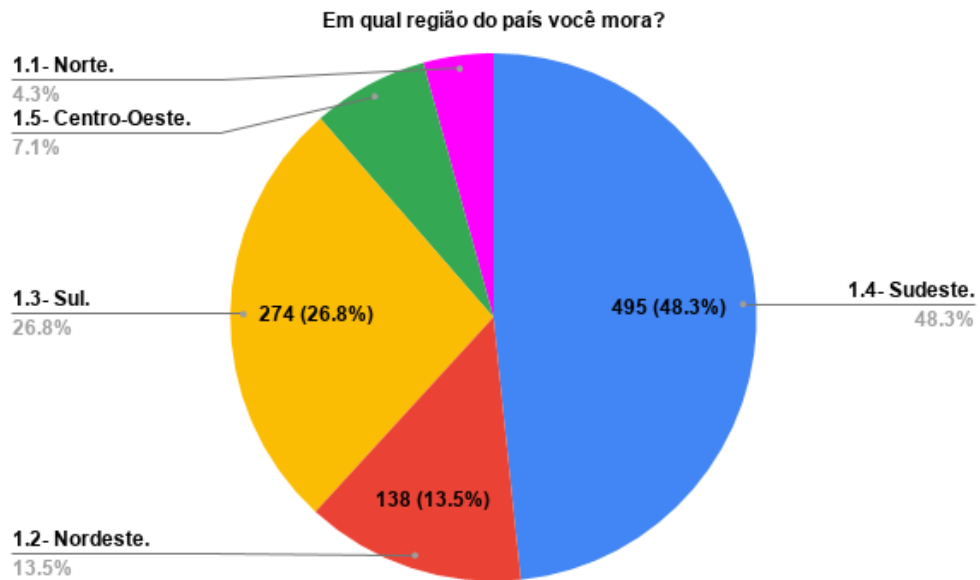
Gráfico 7- Respostas do questionário apresenta as perspectivas acerca da atualização do Projeto Político Pedagógico



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Ainda sobre o perfil dos participantes desse estudo, o gráfico 8 mostra uma representatividade nas cinco regiões brasileiras, com prevalência de representantes da região Sudeste (48,3%), seguida pela região Sul (26,8%), região Nordeste (13,5%), região Centro-Oeste (7,1%) e com menor prevalência na região Norte.

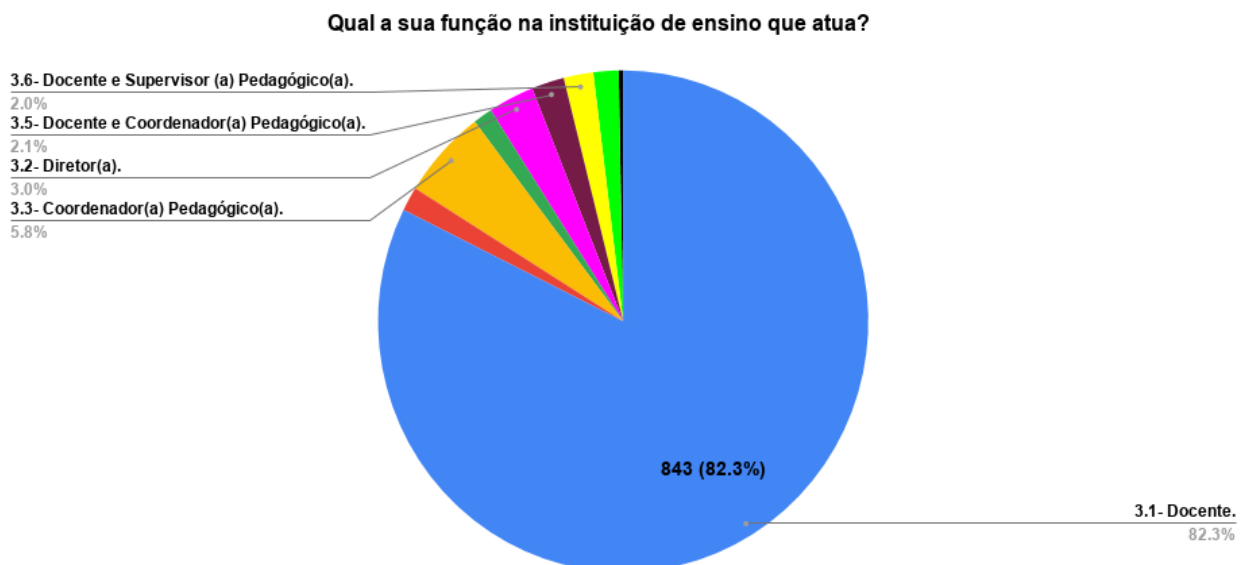
Gráfico 8- Respostas do questionário apresenta a representativa dos participantes do estudo nas cinco regiões brasileiras.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Quanto ao cargo que exercem na área educacional, houve prevalência da atuação docente (82,3%), seguida por coordenadores pedagógicos (5,8%), direção escolar (3%), coordenação pedagógica e docência (2,1%) e docência e supervisão pedagógica (2%), conforme mostra o gráfico 9.

Gráfico 9- Respostas do questionário apresenta a área de atuação dos participantes do estudo.

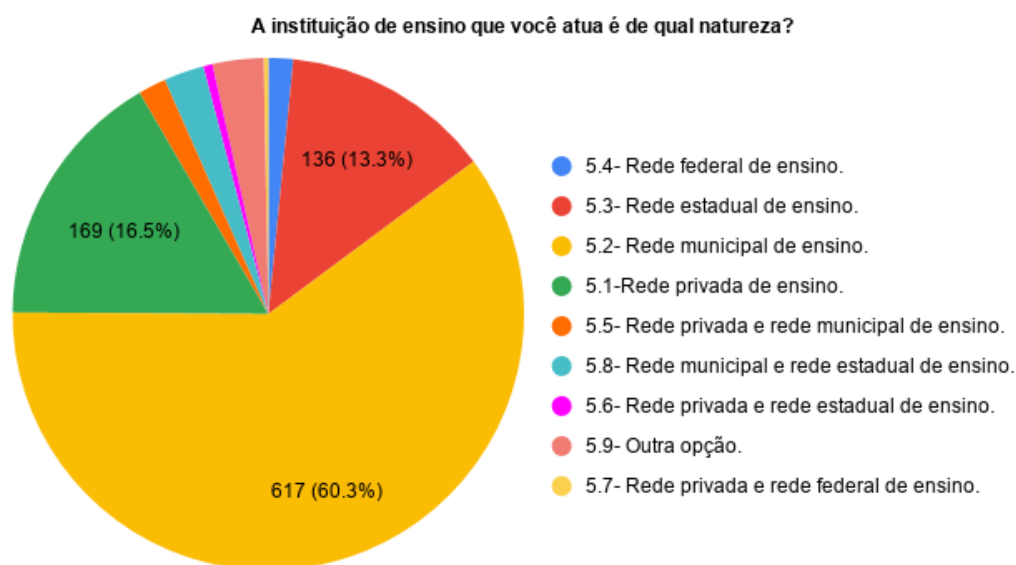


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Em relação a natureza da instituição de ensino, 60,3% dos respondentes atuam na rede municipal, dado que reflete a questão número 6 do estudo (Gráfico 10), cujas respostas atingiram uma porcentagem de 40,2%, e apontam que as instituições educacionais receberam

um planejamento estratégico elaborado pelas Secretaria de Educação, Estadual ou Municipal. O segundo maior público do estudo foi de profissionais que atuam na rede privada de ensino, 16,5%, seguidos pela rede estadual de ensino, 13,3%.

Gráfico 10- Respostas do questionário apresenta a natureza da instituição de ensino dos participantes do estudo.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a tantas mudanças ocorridas devido a pandemia devido à Covid-19, as instituições educacionais brasileiras, públicas e privadas, tiveram que agir rapidamente na elaboração de um planejamento estratégico, e, posterior atualização do PPP. Sendo o PPP um instrumento de organização das práticas pedagógicas e administrativas de uma instituição educacional. Sua elaboração e atualização é uma etapa fundamental para que a escola defina as suas estratégias de atuação, de modo a atingir os objetivos de aprendizagem e que esses sejam alcançados pelos discentes.

Nesse sentido, esse estudo visou identificar a realidade das instituições de ensino públicas e privadas de educação básica brasileira, quanto a atualização do seu Projeto Político Pedagógico no período de pandemia, e se essa atualização ocorreu de modo participativo e democrático, uma vez que, o PPP serve de guia para a atuação dos gestores, docentes e os demais funcionários da instituição.

No que se refere a elaboração de um planejamento estratégico participativo, averiguou-se que as decisões foram elaboradas principalmente pelas Secretarias de Educação, Estadual e Municipal, e poucas instituições conseguiram concretizar essa atualização do PPP de modo participativo e democrático, com isso, as decisões encaminhadas por estas Secretarias chegaram até os docentes, sem que esses manifestassem seu direito de participação ou consulta nas decisões tomadas.

Apesar de o caminho correto para esse processo ser feito pela participação de toda a comunidade escolar, é preciso considerar que o momento atual não favorece a reunião de pessoas ou que todas as etapas de atualização do PPP sejam participativas, visto que há certa urgência nas estratégias que devem ser adotadas. O ideal seria que essa atualização acontecesse no início desse ano de 2021, visto que agora há maior clareza para tomada de decisões.

Nessa “nova” organização escolar, o gestor tem um importante papel. Seja para motivar os demais membros da comunidade escolar, seja para organizar as estratégias e ações necessárias para a atualização do Projeto Político Pedagógico. O gestor é um membro da equipe escolar que deve influenciar positivamente, e com bases “sólidas”, a atuação de todos na comunidade escolar, de modo que todos participem dessa experiência educacional.

Entende-se que o empenho de todos na atualização do PPP é essencial, uma vez que, as ações de toda a escola são direcionadas por esse documento, de natureza política e pedagógica, cujo foco principal é o aluno, a sua formação e aprendizagem. Este norteia a continuidade dos processos educacionais, com novas abordagens de ensino-aprendizagem e novos métodos de avaliação. Com isso, o caminho correto seria uma prévia atualização do PPP e depois a aplicação das mudanças nele contempladas, porém devido ao momento, talvez o inverso foi e tem sido o caminho mais prático e possível para as instituições educacionais brasileiras.

Esse estudo permitiu uma abordagem da realidade brasileira frente a esse período, apesar da área educacional vivenciar algo tão inesperado, os resultados encontrados evidenciam que é possível pensar e organizar as ações pedagógicas por meio da atualização do PPP. Uma vez que sua organização, estrutura e seu seguimento, é o “fôlego diário” de uma instituição de ensino. Sua elaboração e atualização garante a identidade e os propósitos de uma escola, em qualquer tempo e adversidade.

Além disso, este processo também pode servir de parâmetro para o enfrentamento de outros momentos de crises, para discussões e apontamentos de novos caminhos na busca por uma gestão mais democrática e participativa. Para isso, novas pesquisas devem ser realizadas,

a fim de se obter melhor entendimento quanto à forma que se deu a atualização do PPP nesse momento de pandemia.

Link para o vídeo de apresentação disponível em <<https://youtu.be/X0SJmvUqmPA>>.

5 REFERÊNCIAS

BERNARDES, Joelma dos Santos. Atuação Docente e o Uso de Instrumentos de Coleta de Dados para a Avaliação da Aprendizagem no Ensino Remoto. In: **XIV Reunião da ANPEd**, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020. p. 1-8.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 de dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução nº. 4, de 13 de julho de 2010**. Brasília: MEC, 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais. Bases legais**. Brasília: MEC, 2000.

BRITO, Renato de Oliveira; SIVERES, Luíz; CUNHA, Célio. O uso de indicadores para avaliação qualitativa de projetos educativos socioambientais: a gestão participativa no ambiente escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.27, n.104, p. 610-630, jul./set. 2019.

HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. **A construção de um questionário. Dinâmia** – Centro de Estudo Sobre a Mudança Socioeconómica. Lisboa, WP n.º 1998/11. Out. 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. 13 ed. São Paulo: Loyola, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜDKE, Menga.; ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MALHEIRO, João. Projeto Político-Pedagógico: Utopia ou Realidade? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.13, n.46, p. 79-104, jan./mar. 2005.

MINAS GERAIS, SEE. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Disponível em:<
<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php>>. Acesso em 03 de jun. 2021.

PARO, Vítor Henrique. **Administração escolar: Introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **A utopia da gestão escolar democrática**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 60, p. 51-53, fev. 1987.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

RAMOS, Daniela Karine; RIBEIRO, Fabiana Lopes. Por uma gestão mais democrática na educação: contribuições de uma formação a distância para atuação profissional de seus egressos. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 03, p. 766-781, nov. 2019.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo; SALES, Mônica Patrícia da Silva. Contribuição docente à construção da autonomia na escola. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte. v.14, n. 02, p. 171-183, ago-nov 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**- 29ªed. – Campinas, SP: Pampirus, 2013- (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A docência na Educação Superior e as didáticas especiais: campos em construção. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 455-464, set./dez. 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro, 2003.

WANDERER, Aline; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Elaboração de projetos político-pedagógicos: reflexões acerca da atuação do psicólogo na escola. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v.14, n.1, Janeiro/Junho, p.121-129, 2010.

APÊNDICE A – Questionário

Pesquisa acadêmica-Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Prezado(a) respondente,

Meu nome é Josiane da Silva Ricardino, sou acadêmica do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Lavras, e juntamente com a Prof^ª. Dra. Joelma dos Santos Bernardes, solicitamos sua colaboração respondendo às questões a seguir, cujo objetivo é identificar a realidade das instituições de ensino públicas e privadas de educação básica brasileira, quanto a atualização do seu Projeto Político Pedagógico no período de Pandemia.

Todas as informações dos questionários serão mantidas sob sigilo e somente as pesquisadoras terão acesso.

Para o esclarecimento de qualquer dúvida relacionada à pesquisa, basta entrar em contato pelo seguinte

e-mail: josiricardino@gmail.com.

Agradecemos o seu interesse em contribuir com esta pesquisa.

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *

2. 1- Em qual região do país você mora? *

Marcar apenas uma oval.

- 1.1- Norte.
- 1.2- Nordeste.
- 1.3- Sul.
- 1.4- Sudeste.
- 1.5- Centro-Oeste.

18/04/2021

Pesquisa acadêmica-Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

3. 2-Em qual cidade você mora? *

4. 3-Qual a sua função na instituição de ensino que atua? *

Marcar apenas uma oval.

- 3.1- Docente.
- 3.2- Diretor(a).
- 3.3- Coordenador(a) Pedagógico(a).
- 3.4- Supervisor(a) Pedagógico (a).
- 3.5- Docente e Coordenador(a) Pedagógico(a).
- 3.6- Docente e Supervisor (a) Pedagógico(a).
- 3.7- Secretário (a) escolar.
- 3.8- Manutenção escolar (informática, auxiliar de serviços gerais, alimentação escolar).
- 3.9- Mantenedor (a) da escola.

5. 4-Há quanto tempo você atua na área educacional? *

Marcar apenas uma oval.

- 4.1- De 0 a 5 anos.
- 4.2- De 6 a 10 anos
- 4.3- De 11 a 15 anos.
- 4.4- De 16 a 20 anos.
- 4.5- De 21 a 25 anos.
- 4.6- De 26 a 30 anos.
- 4.7- Mais de 30 anos.

18/04/2021

Pesquisa acadêmica-Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

6. 5-A instituição de ensino que você atua é de qual natureza? *

Marcar apenas uma oval.

- 5.1-Rede privada de ensino.
- 5.2- Rede municipal de ensino.
- 5.3- Rede estadual de ensino.
- 5.4- Rede federal de ensino.
- 5.5- Rede privada e rede municipal de ensino.
- 5.6- Rede privada e rede estadual de ensino.
- 5.7- Rede privada e rede federal de ensino.
- 5.8- Rede municipal e rede estadual de ensino.
- 5.9- Outra opção.

7. 6-Em tempos de Pandemia, a escola em que você atua elaborou um planejamento estratégico participativo? *

Marcar apenas uma oval.

- 6.1- Houve um planejamento elaborado apenas pela equipe gestora.
- 6.2-Houve um planejamento elaborado pelos gestores e alguns professores.
- 6.3-Houve um planejamento elaborado por toda comunidade escolar.
- 6.4-Houve um planejamento elaborado pela Secretaria de Educação (Estadual ou Municipal).
- 6.5-Não houve planejamento.
- 6.6-Não tenho conhecimento.

8. 7- Como a equipe gestora procura se organizar e atuar nesse período atípico? *

Marcar apenas uma oval.

- 7.1-Com tomada de decisões coletiva, democrática e participativa.
- 7.2-Com tomada de decisões elaboradas pelo (a) diretor (a) escolar.
- 7.3-Com tomada de decisões elaboradas pelo (a) diretor (a) escolar e demais membros da equipe escolar.
- 7.4- Com tomadas de decisões elaboradas e encaminhada pela Secretaria de Educação (Estadual ou Municipal), ou algum órgão Federal.
- 7.5- Com tomada de decisões elaboradas pelo (a) mantenedor (a) da escola.
- 7.6- Não tenho conhecimento.

9. 8- Como a escola organizou estratégias pedagógicas para o ensino e a aprendizagem diante do ensino remoto? *

Marcar apenas uma oval.

- 8.1-Mudou de estratégia e atualizou o seu Projeto Político Pedagógico frente às demandas do momento.
- 8.2- Com tomada de decisões elaboradas pelo (a) diretor (a) escolar.
- 8.3-Com tomada de decisões elaboradas pelo (a) diretor(a) escolar e demais membros da equipe escolar.
- 8.4- Com tomadas de decisões elaboradas e encaminhadas pela Secretaria de Educação (Estadual ou Municipal),ou algum órgão Federal.
- 8.5- Com tomada de decisões elaboradas pelo (a) mantenedor (a) da escola.
- 8.6- Não tenho conhecimento.

18/04/2021

Pesquisa acadêmica-Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

10. 9- O Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino que você atua passou por um processo de atualização para incorporar as estratégias adotadas nesse tempo de Pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- 9.1- Sim, e contou com a participação de toda a comunidade escolar.
- 9.2- Sim, e contou com a participação dos gestores da instituição.
- 9.3- Sim, e contou com a participação dos gestores e docentes da instituição.
- 9.4- Sim, e contou com a participação dos gestores, docentes e funcionários da instituição.
- 9.5- Ainda não foi atualizado.
- 9.6- Não tenho conhecimento.

11. 10- Caso sua resposta tenha sido a 9.5, em que medida você considera importante a atualização do PPP da instituição de ensino para incorporar as estratégias adotadas nesse tempo de Pandemia?

Marcar apenas uma oval.

- 10.1- Para incorporar questões relacionadas à segurança jurídica dos alunos e professores, bem como os aspectos organizacionais, administrativos e pedagógicos da instituição de ensino.
- 10.2- Para incorporar atualizações e/ou novos instrumentos de avaliação da aprendizagem coerentes com o período de ensino remoto.
- 10.3- Para incorporar atualizações e/ou novos instrumentos avaliação da aprendizagem e do desempenho da comunidade escolar.
- 10.4- Para incorporar estratégias de capacitação pedagógica da comunidade escolar para o período de ensino remoto.
- 10.5- Não considero necessária a atualização do Projeto Político Pedagógico nesse período de Pandemia.
- 10.6- Não tenho conhecimento do assunto.

18/04/2021

Pesquisa acadêmica-Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

12. 11- Se a escola que você atua ainda não elaborou a atualização do Projeto Político Pedagógico, nesse tempo de Pandemia, você acha que seria interessante essa atualização? Por quê? *

Marcar apenas uma oval.

- 11.1- Sim, para incorporar as novas estratégias e/ ou os novos instrumentos de avaliação da aprendizagem coerentes com o período de ensino remoto.
- 11.2- Sim, para incorporar atualizações e/ou novos instrumentos avaliação da aprendizagem e do desempenho da comunidade escolar.
- 11.3- Sim, para incorporar estratégias de capacitação pedagógica da comunidade escolar para o período de ensino remoto.
- 11.4- Não considero necessária a atualização do Projeto Político Pedagógico nesse período de Pandemia.
- 11.5- Não tenho conhecimento do assunto.

13. 12- Quais são as competências você acredita que o (a) gestor (a) escolar deve ter, para conduzir o processo de atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP)? *

Marcar apenas uma oval.

- 12.1- O(a) gestor (a) escolar deve possuir conhecimentos, habilidades e atitudes referentes ao objeto de ação.
- 12.2- O(a) gestor (a) escolar deve promover a atualização do Projeto Político Pedagógico, de modo que toda comunidade escolar entenda o seu papel social nesse processo.
- 12.3- O(a) gestor (a) escolar deve influenciar positivamente e com bases sólidas a atuação de todos os membros da comunidade escolar, de modo que todos participem dessa experiência educacional.
- 12.4- O(a) gestor (a) escolar deve buscar por ações efetivas nesse processo de atualização, de modo a superar os desafios e demandas nessa nova dinâmica educacional imposta pela Pandemia.
- 12.5- O(a) gestor (a) escolar deve se aprofundar no conhecimento de políticas e normas educacionais para promover a atualização do Projeto Político Pedagógico.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

<https://docs.google.com/forms/d/1z1jUe4wbVQLImoWP8HicUhtFkNEgKPQWEaHFf/edit>

6/7

18/04/2021

Pesquisa acadêmica-Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/1z1jU64xbwVKLmoW9SHcUhtFkINEgVPQWEaHFE/edit>

7/7